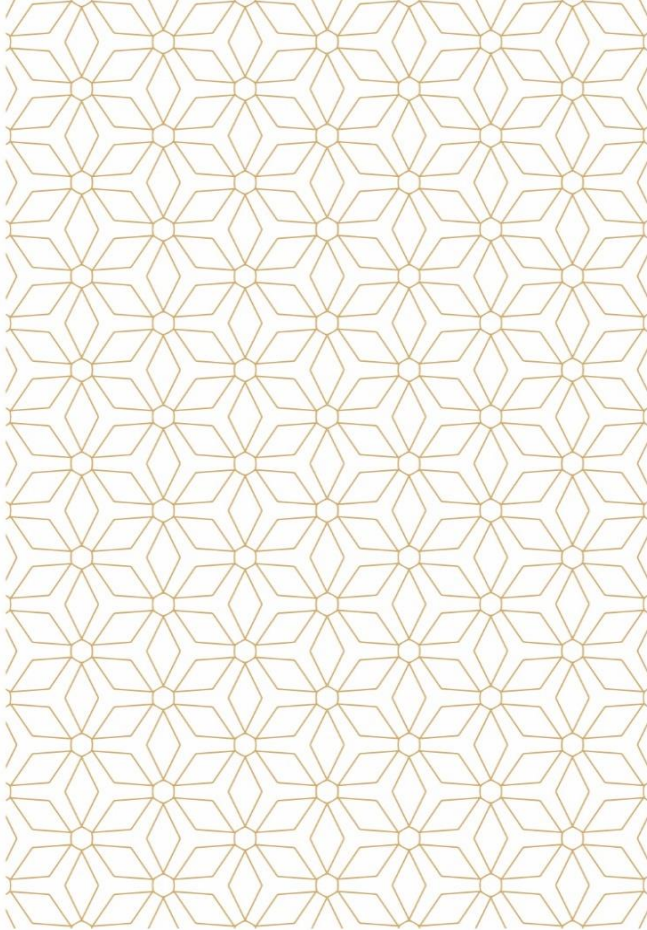




INFORMATIVO SEMANAL: POLÍTICA BRASILEIRA

Os Três Poderes da República

OUT 2025

Semana 27 a 31 de outubro

APRESENTAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL

Data: Semana do dia 27 a 31 de outubro

Assunto: Descrição, por semana, das agendas e principais notícias sobre o cenário político atual (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) encaminhadas aos clientes do Escritório Bocayuva Advogados.

I- PODER EXECUTIVO

- Na segunda-feira (27), o presidente Lula (PT) afirmou que, na reunião com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi entregue um documento com todas as demandas brasileiras. Segundo ele, entre elas, está o desejo de negociar o fim das sanções contra os ministros do STF e do governo, como Alexandre Padilha (PT), atual ministro da Saúde, além do fim do tarifaço. A fala a jornalistas ocorreu na Malásia, onde o presidente participa da abertura da 20ª Cúpula da Ásia do Leste sobre Assuntos Econômicos.
- O presidente Lula (PT) aposta em três ações estratégicas voltadas para a sucessão presidencial de 2026: medidas de crédito destinadas à classe média; mobilização dos movimentos sociais, com o objetivo de demonstrar força nas ruas; e a narrativa contra os agentes econômicos, sobretudo a Faria Lima, explorando a ascendência do presidente sobre as classes de menor renda.

- A megaoperação de combate ao crime organizado realizada ontem (28) no Rio de Janeiro (RJ), a mais letal da história do Estado, domina a opinião pública, provocando uma mudança no debate político nacional. Neste ambiente, o presidente Lula (PT) e o governador do RJ, Cláudio Castro (PL), são o centro das atenções.
- O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, confirmou uma reunião com o relator do leilão do STS-10, Antônio Anastasia, marcada para os dias 5 ou 6 de novembro de 2025. O encontro visa discutir as condições de competitividade do leilão do mega terminal de contêineres, que está em processo de avaliação pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa do governo é que o leilão ocorra ainda em 2025, dependendo das deliberações do TCU.

II- PODER LEGISLATIVO

- Em uma investida contra a alta judicialização de decisões políticas, a Câmara aprovou um projeto que regulamenta o controle de constitucionalidade feito pelo STF (PL 3.640/23). O controle de constitucionalidade é a tomada de decisões pela Corte que podem barrar ou alterar leis aprovadas no Congresso. Para reduzir esse tipo de atuação judicial, o projeto limita a legitimidade de partidos políticos pequenos para entrar com ações no Supremo. O STF decide apenas quando provocado, portanto, reduzir a possibilidade de apresentação de ações pode, sim, levar a uma maior racionalização da atuação da Corte.

- Foi oficialmente protocolada a **PEC da Reforma Administrativa** (PEC 35/25), elaborada por um grupo de trabalho na Câmara sob a coordenação do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). O texto traz uma nova tentativa de extinguir os super salários no funcionalismo público, cortando benefícios. A PEC também define limites para gastos em estados e municípios, nos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- A derrubada da **MP nº 1.303/25** gerou no governo uma frustração de arrecadação de R\$ 20,9 bilhões em 2026, além da perda de uma economia de R\$ 10,7 bilhões. Diante disso, o Executivo está se articulando para garantir que o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) 2026 seja votado na CMO (Comissão Mista de Orçamento) somente após a aprovação de medidas compensatórias.
- O senador **Renan Calheiros (MDB-AL)** apresentou, nesta quarta-feira (29), um projeto de lei que traz de volta a proposta do governo de elevar a tributação de fintechs, conforme o proposto na MP 1.303/25, derrubada na Câmara. O trecho reproduz o conteúdo da MP, incluindo as fintechs no grupo de entidades que pagam 15% de CSLL.

III-PODER JUDICIÁRIO

- A decisão da 1ª Turma do **Supremo Tribunal Federal (STF)** de reabrir a investigação contra o presidente nacional do PL no processo contra tentativa de golpe de estado, Valdemar Costa

Neto, representa um novo foco de preocupação para a oposição. Valdemar, a partir de agora, poderá ficar com sua capacidade de articulação comprometida. A reabertura das investigações tem o potencial de criar incertezas e desgastar a imagem do PL.

- A provável escolha do **advogado-geral da União**, Jorge Messias, para ocupar a vaga aberta pela saída de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), em detrimento do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pode mexer com o quadro eleitoral em Minas Gerais e gerar reflexos no cenário nacional. Embora conte com o apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União -AP), e tenha boa aceitação tanto na Casa quanto no próprio STF, Pacheco deve ser preterido pelo presidente Lula (PT).

IV-PROJEÇÃO DA AGENDA SEMANAL

SEGUNDA-FEIRA (03/11)

- O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), se reúne com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e autoridades de segurança pública, às 11h, para tratar da operação policial no estado contra o Comando Vermelho. Também foram agendadas audiências com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de

Janeiro e com o Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro.

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), se reúne, em São Paulo, com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Teresa Ribera, para tratar sobre a agenda de finanças climáticas brasileira e do bloco no contexto da COP 30 e do acordo Mercosul-UE.
- A CPMI do INSS ouve depoimento de Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura).
- A Confederação Nacional da Indústria publica Panorama da Pequena Indústria.

TERÇA-FEIRA (04/11)

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), participa de café da manhã com atores da sociedade civil e do setor privado brasileiro, buscando mobilizar atores empresariais em torno do TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre). Às 9h, participa da sessão de abertura do Bloomberg Green Summit.
- Prevista instalação de CPI para investigar o Crime Organizado.
- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode votar o parecer do senador Renan Calheiros (MDB-AL) ao projeto que trata da isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado também discute projeto de lei que aumenta taxaço sobre Fintechs e bets.
- A Comissão de Infraestrutura do Senado realiza audiência pública com o André Pepitone da Nóbrega, Diretor Financeiro Executivo da Itaipu Binacional, e outros, para discutir o PL 1830/2025, que altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe ao Brasil.
- A Comissão De Defesa Do Consumidor da Câmara realiza audiência pública sobre proteção de consumidores no uso do PIX com Regis Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério, e outros.
- Prevista instalação da Comissão Mista para analisar a MP 1313/25, que trata do Gás do Povo.
- O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, participa de audiência pública na Comissão De Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.
- Início da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central.
- O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisa ações que apuram abuso de poder político e econômico em 2022 que pode cassar os mandatos do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil).

- O IBGE divulga produção industrial em setembro. • Termina o mandato de Vicente Bandeira de Aquino Neto como Conselheiro da Anatel.

QUARTA-FEIRA (05/11)

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), participa, em Belém, de eventos sobre o TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre) e da Cúpula de Líderes em Belém, evento preparatório para a COP 30, que ocorrerá entre os dias 10 e 21 de novembro.
- O Comitê de Política Monetária do Banco Central anuncia taxa básica de juros (Selic).

QUINTA-FEIRA (06/11)

- A CPMI do INSS ouve depoimento do ex-ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni.

SEXTA-FEIRA (07/11)

- O STF inicia julgamento, por meio do plenário virtual, dos recursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus acusados de tentativa de golpe de estado. O julgamento vai até o dia 14.
- O STF retoma julgamento, por meio do plenário virtual, de ação que discute a incidência IRPJ e CSLL sobre os lucros obtidos por controladas da Vale no exterior. O julgamento vai até o dia 14.

- **A Confederação Nacional da Indústria publica Indicadores Industriais.**

